

**ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO**  
**HOSPITALAR COM ÊNFASE EM GESTÃO DO CUIDADO**

**DEBORA CARLA PEREIRA CALADO**

**UM RODÍZIO ENVOLVENDO ENSINO A DISTÂNCIA NA RESIDÊNCIA: RELATO**  
**DE EXPERIÊNCIA**

GARANHUNS

2024

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Nelson Chaves (ESPPE), com os dados fornecidos pelo autor.

C142u

Calado, Debora Carla Pereira Calado

Um rodízio envolvendo ensino a distância na Residência: relato de experiência/ Debora Carla Pereira Calado\_ Garanhuns- PE, 2024. 25 fls.

Orientador: Ms. Mateus Souto Maior Barros.

Coorientador: Esp. Thalia Ariadne Peña Aragão.

Relato de Experiênci-TCR (Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar com ênfase em Gestão do Cuidado da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco – ESPPE)

1. Ensino à Distância
2. Tecnologias da Informação e Comunicação.
3. Educação Permanente em Saúde. I. Título

ESPPE / BNC

CDU – 37.035.3:614(813.42)

Bibliotecária Responsável: Anefátima Figueiredo – CRB-4/P-1488

DEBORA CARLA PEREIRA CALADO

**UM RODÍZIO ENVOLVENDO ENSINO A DISTÂNCIA NA RESIDÊNCIA: RELATO  
DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de residência, apresentado à Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Residente em Atenção Hospitalar com Ênfase na Gestão do Cuidado.

Orientadora: Mateus Souto Maior Barros

Co-orientadora: Thalia Ariadne Peña Aragão

GARANHUNS

2024

DEBORA CARLA PEREIRA CALADO

**UM RODÍZIO ENVOLVENDO ENSINO A DISTÂNCIA NA RESIDÊNCIA:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de residência,  
apresentado à Escola de Governo em Saúde  
Pública de Pernambuco, como parte dos  
requisitos para obtenção do título em Atenção  
Hospitalar.  
- Área de concentração: Gestão do Cuidado.

Garanhuns, --27 de março de 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Mateus Souto Maior Barros

---

Banca: Profa. Ms Bruna Maria Bezerra de Souza

---

Banca: Cindy Avani Silva Ceissler

**NOTA:** \_\_\_\_\_

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar sobre a experiência de rodízio opcional no setor de Ensino a Distância da ESPPE. A metodologia é baseada no estudo descritivo, qualitativo, no modelo de relato de experiência. No que se refere aos resultados durante o processo, a análise documental do edital de credenciamento dos instrutores educacionais nº 02/2023 e o desenvolvimento do projeto “Biblioteca Virtual da Reforma Sanitária Brasileira”, permitiram uma maior compreensão da potencialidade e flexibilidade do AVA como instrumento pedagógico. A atualização da plataforma também foi algo significativo, pois viabilizou a incorporação de novas ferramentas ao AVA, como o VLibras e ouvidoria, tornando o espaço mais democrático e inclusivo. Nesse sentido, além dos diversos cenários citados, o AVA se apresenta como mecanismo para efetivação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, ao possibilitar ao corpo discente de pós-graduação da ESPPE, um ambiente virtual favorável para as discussões sobre as mudanças das práticas de saúde no processo de trabalho.

**Palavras-chaves:** 1. ensino à distância 2. tecnologias da informação e comunicação 3. educação permanente em saúde.

## ABSTRACT

This work aims to report on the optional rotation experience in the Distance Learning sector of ESPPE. The methodology is based on a descriptive, qualitative study, on the experience report model. Regarding the results during the process, the documentary analysis of the accreditation notice for educational instructors n° 02/2023 and the development of the project “Virtual Library of Brazilian Health Reform”, allowed a greater understanding of the potential and flexibility of the AVA as an instrument pedagogical. The platform update was also significant, as it enabled the incorporation of new tools into the AVA, such as VLibras and the ombudsman, making the space more democratic and inclusive. In this sense, in addition to the various scenarios mentioned, the AVA presents itself as a mechanism for implementing the National Policy for Permanent Education in Health, by providing the ESPPE postgraduate student body with a favorable virtual environment for discussions on changes in practices. health in the work process.

**Keywords:** 1. distance learning 2. information and communication technologies 3. continuing health education.

## **LISTA DE SIGLAS**

AVA - Ambiente de Aprendizagem virtual

CGRs - Colegiados de Gestão Regional

CIESS - Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço

DGES - Diretoria Geral de Educação na Saúde

ESPPE - Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNH - Política Nacional de Humanização (PNH)

PNEPS - Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)

SEGTES - Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

SGETS - Secretaria de Gestão do Trabalho na Saúde (SGETS/MS)

SUS - Sistema Único de Saúde

TICs- Tecnologias da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1.1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>13</b>
<b>1.4</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>14</b>
<b>1.5</b>	<b>DISCUSSÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1.6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>



## INTRODUÇÃO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), atualmente se apresentam como protagonistas no universo da Educação contribuindo diretamente para o desenvolvimento e aprendizagem de diversos discentes. Em contrapartida, no início, houve resistência no uso das TICs por parte dos gestores educacionais e professores, mas com o passar dos anos esse cenário vem se modificando. As TICs são caracterizadas por variados conjuntos de recursos para tratar, organizar e espalhar informações. Os recursos são dispostos da seguinte forma: computadores, sistemas de comunicações, internet e os *softwares* de modo abrangente. Este último inclui os sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, navegadores de internet e aplicativos variados (Roza, 2019).

Nesse sentido, a expansão e democratização da internet aparece como um fator relevante para consolidação das TICs, pois a mesma se torna base para universalização do acesso as novas tecnologias e a comunicação. As TICs funcionam como mediadoras do processo de aprendizagem. Segundo Roza (2019) o conceito de mediação ganhou destaque a partir da abordagem histórico-cultural de Vygotsky. Para este autor a mediação é o processo relacional do indivíduo com o objeto, e a aprendizagem e o desenvolvimento ocorre através desta interação. Porém a disponibilidade dessas ferramentas não garante, por si só, o acesso à informação e ao conhecimento, pois a aprendizagem não se restringe apenas as TICs, ela acontece tanto em ambientes formais, quanto informais, e ocorre por intermédio das experiências ambientais no mundo real ou virtual.

Durante o estado de emergência em Saúde Pública ocasionado pela pandemia do coronavírus, mudanças de hábitos e dos processos de trabalho foram necessárias. A pandemia determinou a tomada de medidas preventivas e de manejo clínico pelos órgãos competentes regido pela Lei nº 13.979/2020 que dispõe sobre o isolamento social e quarentena com objetivo de desacelerar a transmissão do vírus e, conseqüentemente, diminuir as internações de grande complexidade em um curto período (Brasil, 2020). A educação foi intimada a se reestruturar na procura de novas possibilidades para dar continuidade ao ensino. Através da utilização de ferramentas digitais *online*, conhecidas por Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), foi possível dar continuidade às aulas no formato remoto (Silva *et al.*, 2021). No Brasil, a educação básica e a educação superior podem ser ofertadas na modalidade a distância de acordo com o decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e

aprendizagem ocorre através da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com o acompanhamento de profissionais qualificados e desenvolvimento de atividades educativas por estudantes e profissionais da educação (Brasil, 2017).

Diante do exposto, as plataformas digitais são ferramentas cruciais para o formato da educação a distância, influenciando diretamente na qualificação de diversas categorias, incluindo os profissionais de saúde. Os cursos em saúde estão alinhados às Políticas e Programas que regem o SUS, onde se prioriza a integralidade da assistência, a clínica ampliada e o cuidado centrado na pessoa (Camelo, 2011). Dessa forma, a gestão do cuidado nos recursos humanos na saúde, tem seu início na formação e aprimoramento constante dos profissionais, o que não exclui a importância da prática em serviço e da potencialidade das trocas nas relações e do trabalho mútuo dos diferentes atores: gestão, usuários, profissionais de saúde e instituições. São eles que fazem parte da construção das boas práticas em saúde, conforme está previsto nos princípios e leis que organizam o SUS, exposto também na Política Nacional de Humanização (PNH) e na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). (Brasil, 2004; França *et al.*, 2017).

Dentro do contexto da PNEPS, a Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE) tem um protagonismo em Pernambuco. A ESPPE foi criada em 1989 dentro de um contexto social e político efervescente no Brasil, com o processo de retorno democrático e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). É uma instituição protagonista na formação técnica para os trabalhadores do SUS. Com a implementação da Lei nº 15.066/2013, a ESPPE ampliou sua atuação para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa e extensão no nível de pós-graduação. Além dos cursos técnicos, passou a ofertar cursos de curta duração, cursos de pós-graduação (Residência em Área Profissional da Saúde e Especialização em Saúde Pública); cursos de Ensino a Distância (Pernambuco, 2018).

A ESPPE, junto com a Diretoria Geral de Educação na Saúde (DGES), na Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SEGTES), também fez parte da construção do último Plano de Educação Permanente em Saúde de Pernambuco, em 2018. Este plano foi organizado de acordo com a estrutura de uma Política de Gestão da Educação em Saúde, compreendendo a Educação Permanente como estratégia para formação e desenvolvimento dos trabalhadores. Cujo objetivo é integrar as ações de caráter formativo, incentivar capacidades pedagógicas, valorizando as potencialidades do trabalho em saúde (Pernambuco, 2018).

Na tentativa de ampliar os serviços de educação na formação e qualificação dos trabalhadores de saúde, em 2012, a ESPPE implementou um sistema de código aberto de gerenciamento de cursos, por intermédio da plataforma Moodle, conhecido como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O AVA-ESPPE é utilizado como instrumento de apoio pedagógico nas atividades dos cursos presenciais e a distância, favorecendo a construção do conhecimento e promovendo o debate entre usuários da ferramenta. No que tange aos cursos à distância, existem os ofertados de forma online e os autoinstrucionais. Este último corresponde a um maior controle do usuário em relação ao tempo e ritmo, formato que possibilita maior autonomia do estudante, sem tutoria do docente.

A plataforma *Moodle* foi desenvolvido para auxiliar os educadores no desenvolvimento de cursos online, com objetivo de promover um ambiente interativo e construção colaborativa de conhecimento. Sua primeira versão foi lançada em 2002, por Martin Dougiamas e continua em pleno desenvolvimento. Para Dougiamas, o *Moodle* é composto pelas seguintes ferramentas: chat, questionário, *wiki* e fórum, relevantes para interação, *feedback*, colaboração e discussão. O fórum, por exemplo, quando bem explorado pode proporcionar aos usuários um ambiente dinâmico, favorecendo o processo de aprendizagem, nele os discentes têm a possibilidade de adicionar tópicos e subtópicos a uma determinada temática, levando a discussão para um patamar mais diversos e ampliado (Santana-Mendes; Santos, 2022).

Em 2023, o AVA-ESPPE foi atualizado, saindo da versão *moodle* 3.4 para a versão 4.0. O lançamento mundial da versão 4.0 aconteceu em outubro de 2021, favorecendo o avanço da experiência do usuário com a plataforma. Segundo os criadores, essa nova versão inclui a página meus cursos, índice de cursos, entre outras melhorias que deixaram a plataforma mais intuitiva para navegação dos docentes e discentes (Santana-Mendes; Santos, 2022).

Assim, este trabalho visa relatar sobre a experiência de rodizio opcional na Coordenação de Ensino a Distância da ESPPE, onde foi possível ter uma nova perspectiva sobre a capacidade do ambiente virtual de aprendizagem como instrumento pedagógico.

## CARACTERIZAÇÃO

O rodízio opcional foi realizado na Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), no setor de Ensino à Distância, durante o mês de junho de 2023. O rodízio opcional diz respeito a possibilidade de o residente escolher o local onde vai exercer as atividades práticas. Esta acontece em 30 dias corridos, no segundo ano do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar com ênfase na Gestão do Cuidado, ofertado pelo Hospital Regional Dom Moura (HRDM).

Nesse contexto, a Gestão do Cuidado aparece de forma central no desenvolvimento profissional dos residentes do HRDM. O cuidado é desenvolvido através da utilização das diferentes tecnologias na área da saúde por intermédio da articulação dos profissionais durante a prestação do serviço, buscando adequar as intervenções elaboradas às necessidades apresentadas pelos pacientes. Este cuidado se encontra na execução das ações de assistência no hospital e no planejamento da assistência na Rede de Saúde (Merhy, 2002).

Ainda sobre o Programa de Residência Multiprofissional, este é promovido pelo Ministério da Saúde e tem como instituição formadora a ESPPE, sendo ofertado pelo Hospital Regional Dom Moura (HRDM), localizado na cidade de Garanhuns – PE. São oferecidas 10 vagas anualmente e contempla 5 categorias profissionais (enfermagem, fisioterapia, psicologia, nutrição e serviço social). Os rodízios das atividades práticas são distribuídos no HRDM e em outros serviços da Rede Regional e Municipal (Pernambuco, 2022).

Já no que diz respeito a ESPPE, a mesma está vinculada à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e, desempenha suas funções em conjunto com a Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde da SES/PE. A Escola se organiza da seguinte forma: Diretoria Geral; Gerência Administrativa e Educacional; Coordenação de Educação Permanente em Saúde; Coordenação de Educação Profissional em Saúde; Coordenação de Ensino a Distância; Coordenação Administrativa e Financeira e Coordenação dos Programas de Pós-graduação. A instituição está localizada na cidade do Recife-PE, no bairro da Encruzilhada, onde encaminha e executa suas ações (Pernambuco, 2023).

Diante do exposto, o setor de Ensino a Distância funciona de segunda à sexta, no horário de 8:00h às 17h. A equipe é composta por 1 coordenadora, 1 assessora de comunicação e 2 pessoas responsáveis pelo gerenciamento do AVA.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, no modelo de relato de experiência, produzido a partir da vivência do rodízio opcional, realizado na Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), no setor de Ensino à Distância.

O registro da experiência foi realizado através do diário de campo da residente. As anotações sobre as atividades desenvolvidas aconteciam no final de cada dia, porém só foram organizadas no final do rodízio. Segundo Oliveira (2014) o diário de campo é uma ferramenta importante na pesquisa de base qualitativa, pois, as vivências podem ser apresentadas, descritas e ordenadas. É um instrumento que abre caminho para reflexão do pesquisador em relação aos diversos aspectos que aparecem no decorrer das observações.

Sobre o rodízio, as atividades desenvolvidas estavam relacionadas diretamente com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como: 1. análise documental de edital; 2. participação no desenvolvimento do projeto piloto “Biblioteca Virtual da Reforma Sanitária Brasileira”; 3. além do conhecimento e manejo das novas ferramentas da Plataforma (o VLibras e ouvidoria).

No que tange a primeira atividade, esta foi realizada através da análise documental do edital de credenciamento dos instrutores educacionais nº 02/2023, junto com os demais profissionais do setor. Este edital teve como objetivo selecionar profissionais do SUS, na condição de prestadores de serviço para atuar no curso pós-técnico de enfermagem em Atenção à saúde Materna, Neonatal e lactente. A fase inicial de seleção dos instrutores passava pela análise de títulos, onde o edital estipulou critérios mínimos de acordo com os três perfis apresentados (Pernambuco, 2023).

Nesse sentido, no primeiro perfil, os critérios mínimos foram ordenados da seguinte forma: graduação na área da saúde; Residência em Saúde Coletiva/saúde da Família e experiência profissional na Atenção Básica ou Gestão do SUS (no mínimo 1 ano). No segundo perfil: formação superior em enfermagem; Residência em Saúde Coletiva/Saúde da Família e experiência profissional na Atenção Básica ou atendimento materno infantil (no mínimo 1 ano). E em relação ao terceiro perfil: formação superior em enfermagem; Residência em Saúde da Mulher/Obstetrícia/Saúde da Criança e experiência em enfermagem

na Atenção Básica ou atendimento Materno Infantil (no mínimo 1 ano). A análise documental dos participantes foi finalizada e divulgada posteriormente no AVA (Pernambuco, 2023).

Em outro momento, os esforços foram voltados para o desenvolvimento do projeto piloto “Biblioteca Virtual da Reforma Sanitária Brasileira”. Este teve por objetivo disponibilizar no AVA um acervo com trabalhos escritos por autores que participaram diretamente da Reforma Sanitária Brasileira. Diante disso, este foi o critério mínimo para seleção do material. Durante a pesquisa, foi possível coletar trabalhos dos seguintes autores: Jairnilson Silva Paim; Sérgio Arouca; Carmem Teixeira; Gastão Campos; Jaime Oliveira, Silvia Gerschman; Sarah Escorel e Lígia Bahia.

O movimento de Reforma Sanitária Brasileira teve início no contexto de luta contra a ditadura militar na década de 70. E pode ser considerado um como fenômeno sócio-histórico, admitido como Política Pública de Saúde, que perpassa pela proteção social e pela reforma setorial, se conectando na interface das relações da saúde e a estrutura da sociedade. É um movimento que faz parte da história da criação do SUS e reverbera suas ideias até os dias atuais (Paim, 2017).

Na terceira parte, as atividades foram voltadas para o manejo do AVA a partir do contato com as novas ferramentas adicionadas à plataforma, como o Vlibras e a ouvidoria. A implementação dos novos instrumentos só foi possível a partir da atualização do moodle da versão 3.4 para 4.0, sendo este movimento um fato marcante para melhoria na experiência de navegação do AVA.

## **RESULTADOS**

No que se refere ao Edital N° 02/2023, os resultados dos participantes credenciados foram organizados da seguinte forma: 1° Perfil (7 candidatos); 2° Perfil (3 candidatos) e 3° Perfil (12 candidatos). A lista dos candidatos não credenciados contabilizou 72 pessoas (Pernambuco, 2023).

Em relação ao projeto “Biblioteca Virtual da Reforma Sanitária Brasileira”, foram encontrados na internet alguns trabalhos escritos por autores que participaram diretamente do movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Esse material foi organizado na seguinte ordem:

Jairnilson Silva Paim (7); Sérgio Arouca (1); Carmem Teixeira (4); Gastão Campos (3); Jaime Oliveira (2); Silvia Gerschman (2); Sarah Escorel (2) e Lígia Bahia (1). Apresentados na Tabela a seguir:

<b>Autores</b>	<b>Trabalhos</b>
<p style="text-align: center;">Jairnilson Silva Paim</p>	<p>PAIM, Jairnilson; AQUINO, José Romélio. Saúde e Constituinte: do direito que não temos à cidadania que queremos. Cadernos de Educação Política, n.1, p. 16-20, 1986.</p> <p>PAIM, Jairnilson. O que é Reforma Sanitária. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 14, n. 2/4, p. 232-243, 1987.</p> <p>PAIM, Jairnilson. A Universidade e a Reforma Sanitária, Encontro Ítalo-Brasileiro de Saúde, Salvador - BA, p. 16 -13, 1989.</p> <p>PAIM, Jairnilson A Universidade e a Reforma Sanitária. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 15, n. 1/3, p. 18-24, 1991.</p> <p>PAIM, Jairnilson. A Reforma Sanitária e a municipalização. Saúde e Sociedade, v. 1, n.1, p. 29-47, 1992.</p> <p>PAIM, Jairnilson. Sujeitos da antítese e os desafios da práxis da Reforma Sanitária Brasileira. Saúde em Debate, v. 41, p. 255-264, 2017.</p> <p>PAIM, Jairnilson. Sistema único de saúde</p>

	(SUS) aos 30 anos. Ciência e saúde coletiva, v. 23, n.6, p. 1723 - 1728, 2018.
Sérgio Arouca	AROUCA, Sérgio. Movimento sanitário brasileiro (MSB): um projeto inovador. Saúde debate, p. 94-94, 1992.
Carmem Teixeira	<p>TEIXEIRA, Carmen. Graduação em Saúde Coletiva: antecipando a formação do Sanitarista. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v7, n13, p.163-6, 2003.</p> <p>VIRGENS, João.; TEIXEIRA, Carmen. Reforma Sanitária Brasileira: uma revisão sobre os sujeitos políticos e as estratégias de ação. Saúde em Debate, v. 46, p. 534-550, 2022.</p> <p>VIRGENS, João.; TEIXEIRA, Carmen. Estudos sobre o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: olhares diversos sobre um mesmo fenômeno. Saúde em Debate, v. 46, p. 211-226, 2022.</p> <p>SANTOS, Jamilli.; TEIXEIRA, Carmen. Análise política da ação do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira na pandemia da COVID-19: 2020-2021. Ciência &amp; Saúde Coletiva, v. 28, p. 1287-1296, 2023.</p>
Gastão Campos	CAMPOS, Gastão et al . Direito à saúde: o Sistema Único de Saúde (SUS) está em risco?. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 20, n. 56, p. 261-266, Mar. 2016 .



	<p>CAMPOS, Gastão. Reforma sanitária e o Sistema Único de Saúde (SUS). <i>Ciência &amp; Saúde Coletiva</i>, v. 27, p. 2516-2516, 2022.</p> <p>CAMPOS, Gastão. A reforma sanitária necessária. Berlinguer, Giovanni; Teixeira, Sonia Fleury; Campos, Gastão Wagner de Sousa. <i>Reforma sanitária: Itália e Brasil</i>. São Paulo: Editora Cebes, p. 179-194, 1988.</p>
Jaime Oliveira	<p>OLIVEIRA, Jaime.; TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil. In: (IM) <i>Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil</i>. 1989. p. 360-360.</p> <p>OLIVEIRA, Jaime. Reformas e reformismo: "democracia progressiva" e políticas sociais (ou "para uma teoria política da reforma sanitária"). <i>Cadernos de Saúde Pública</i>, v. 3, p. 360-387, 1987.</p>
Silvia Gerschman	<p>GERSCHMAN, Silvia. <i>A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira</i>. Editora Fiocruz, 2004.</p> <p>GERSCHMAN, Silvia. Economia, sociedade e política na construção de um campo do conhecimento: a Saúde Coletiva no Brasil. <i>Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea</i>, n. 23, p. 69-100, 2009.</p>
Sarah Escorel	<p>SCOREL, Sarah. <i>Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário</i>.</p>

	<p>Editora Fiocruz, 1999.</p> <p>ESCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene; EDLER, Flavio. As origens da reforma sanitária e do SUS. Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005</p>
Lígia Bahia	<p>BAHIA, Lígia. O sistema de saúde brasileiro entre normas e fatos: universalização mitigada e estratificação subsidiada. Ciência &amp; saúde coletiva, v. 14, p. 753-762, 2009.</p>

Além da pesquisa para organização do projeto citado acima, a experiência de rodízio também proporcionou o conhecimento e manejo dos novos instrumentos integrados à plataforma AVA, onde destacamos o VLibras, um conjunto de ferramentas e código que faz a tradução de textos escritos em português para a Língua Brasileira de Sinais. Essa implementação do VLibras ao AVA fez com que os cursos e outros recursos educacionais estivessem mais acessíveis para as pessoas surdas (Serafim, C, 2019).

Outra ferramenta integrada ao AVA foi a ouvidoria, que trouxe a possibilidade de aproximar os usuários e os profissionais responsáveis pelo gerenciamento da plataforma. Esse canal de comunicação promove um espaço de resolução das problemáticas envolvidas no uso do sistema e dos seus conteúdos. O objetivo da ouvidoria é diminuir as insatisfações e dúvidas que podem acontecer na utilização do AVA. Segundo Souza et al (2017), a ouvidoria é um instrumento que além de encurtar as distâncias nas relações, acaba por tornar o processo mais ágil e resolutivo. Fazendo com que a participação popular tenha espaço de protagonismo, assegurando direitos.

Em vista, o AVA com todos os seus recursos é muito relevante no apoio pedagógico para realização dos cursos autoinstrucionais (sem tutor) e dos cursos presenciais, como os de Pós-graduação (Residência em Área Profissional da Saúde e Especialização em Saúde

Pública). A sala de aula virtual, o chat e as atividades na plataforma viabilizam a capacitação teórica e a discussão das práticas de saúde nos processos de trabalho.

## DISCUSSÃO

Ao longo dos anos, o avanço da tecnologia trouxe algumas mudanças positivas nos meios de comunicação, como a diminuição das barreiras físicas entre as pessoas, houve o fortalecimento da possibilidade de transformação das práticas do trabalho em saúde a partir do acesso ao ensino e aprendizagem à distância. Este formato de ensino só se tornou possível por causa das ferramentas digitais *online*, conhecidas por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs), que possibilitam a interação em grupos e conteúdos individualizados (SILVA, *et al.*, 2021).

AS TICs como inovação tecnológica não poderiam ficar de fora dos serviços em saúde. Pensando nesta temática, a Organização Mundial de Saúde (OMS) apresentou a Saúde Digital como um campo de conhecimento e prática que utiliza as tecnologias digitais na saúde. Influenciado pelo OMS, o Ministério da Saúde (MS) no Brasil passou a estabelecer Estratégias de Saúde Digital no ano de 2019, como: Programa Conecte SUS e Rede Nacional de Dados em Saúde. Também foi proposto pelo MS uma revisão da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Porém, ainda não foi devidamente atualizada para compreender seus alcances e limites (Rachid *et al.*, 2023).

Diante desse contexto, o projeto de transformação da Educação no campo da Saúde através das tecnologias digitais é algo indiscutível, é uma realidade. A Análise documental do edital de credenciamento dos instrutores educacionais nº 02/2023 e do projeto “Biblioteca Virtual da Reforma Sanitária Brasileira”, tornaram mais evidente a relevância do AVA na formação e qualificação dos profissionais de saúde. Afinal, os recursos humanos precisam de atualização e aperfeiçoamento para exercer suas atribuições e funções no SUS.

A inclusão do Vlibras e da ouvidoria também se mostraram necessários para a promoção de um ambiente virtual democrático. O Vlibras é um software tradutor em libras nos ambientes digitais. A sua criação foi planejada e executada pelo Governo Federal brasileiro e teve como objetivo conceder mais acessibilidade aos surdos. O Vlibras funciona da seguinte maneira: o usuário faz a seleção de um texto, adiciona ao software, onde é feita a

tradução do Português para Libras. O usuário ainda conta com as seguintes funções: controle de velocidade, tamanho da tela, incluir ou suprimir legenda em português (Serafim, C, 2019).

No que tange a ouvidoria, a mesma pode ser definida como um canal de comunicação que promove um espaço de resolução das problemáticas envolvidas no uso do AVA e dos seus conteúdos. Ao final da primeira página do AVA-ESPPE o usuário pode encontrar a opção “contate o suporte do site”, que visa contribuir para solucionar as possíveis dificuldades encontradas pelas pessoas na utilização do serviço. Os discentes ainda conseguem avaliar os cursos autoinstrucionais, o que facilita no planejamento para as demais propostas pedagógicas, além de estreitar a relação com o usuário, garantindo melhor experiência na navegação. Para Souza et al (2017), a ouvidoria é instrumento que, além de encurtar as distâncias nas relações, torna as problemáticas mais resolutivas.

Outro fato, é que a atualização do sistema AVA-ESPPE permitiu que a plataforma se tornasse mais intuitiva para navegação. Isso impacta positivamente a experiência dos usuários, pois possibilita o acesso mais ágil à plataforma. Visto que além dos cursos autoinstrucionais (sem tutor), a ESPPE disponibiliza por intermédio do AVA condições pedagógicas para que funcione os cursos de Pós-Graduação: Residência em Área Profissional da Saúde e Especialização em Saúde Pública.

Ainda neste contexto, a proposta de usar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação nos cursos de Pós-graduação em Saúde Pública, faz com que a ESPPE agregue o ensino a distância com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Esta política tem seus alicerces na problematização das práticas de saúde nos processos de trabalho (França, T et al, 2017). Portanto, a sala de aula virtual, o chat e as atividades desenvolvidas no AVA viabilizam a capacitação teórica e a discussão das práticas de saúde para os profissionais em formação. Afinal os Programas de Residência em Saúde, são estratégias ativas para a discussão sobre as práticas de saúde nas instituições, constituindo como forma de operacionalização da PNEPS.

A PNEPS foi criada em 2003, por intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho na Saúde (SGETS/MS), através da Portaria GM. 198, de fevereiro de 2004 (Brasil, 2004). Em 2007, com a finalidade de avançar em relação a PNEPS, foi implementada a portaria GM/MS nº 1.996/2007 onde são definidas novas estratégias, buscando incluir as diretrizes operacionais e regulamentos do Pacto pela Saúde e Gestão. Essa reorganização aconteceu na

esfera regional, através dos Colegiados de Gestão Regional (CGRs) e a criação das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIESs), que são instâncias permanentes que participam da formulação, condução e desenvolvimento da PNEPS (França, T et al, 2017).

Nesse sentido, baseados na portaria de 2007, alguns autores definem a PNEPS como um conceito pedagógico que envolve diversos componentes, como: ensino, serviço, docência e saúde, colaborando mutuamente para o desenvolvimento profissional, a gestão setorial e o controle social. Ou seja, a PNEPS se mostra como uma estratégia de educação na saúde, onde seu olhar também está voltado às necessidades da população, e se torna um equipamento transformador a partir do momento que inclui as instituições de ensino, os gestores, trabalhadores e os usuários de saúde (França, T et al, 2019).

Mediante este contexto, o AVA-ESPPE é um sistema que contribui para a implementação da PNEPS e a Política Nacional de Humanização (PNH) nas instituições de saúde a partir dos Programas de Residência. Este movimento pedagógico interfere diretamente na assistência prestada aos usuários. A construção das Políticas e Programas do SUS, incluindo a PNH, perpassa pela lógica da integralidade dos serviços e ações de saúde, trazendo as discussões sobre uma condução compartilhada, onde encontramos a colaboração mútua de diversos atores: trabalhadores, usuários e gestores, na produção e organização dos processos de trabalho (Brasil, 2004).

Logo, as Políticas e Programas do SUS viabilizam o cuidado a partir da integralidade das ações e serviços de saúde, ofertando diferentes densidades tecnológicas, promovendo a atenção responsável, de qualidade e humanizada. Nesse sentido, a integralidade se apresenta na organização das Políticas de Saúde e assistência prestada aos usuários do SUS. E os Programas de Residência em Saúde estão dentro dessa perspectiva, pois o cuidado também acontece no gerenciamento e planejamento da assistência através do trabalho multiprofissional (Cardoso, C; Hennington, E, 2011; Shikasho, L, 2013). Portanto, quando a ESPPE, na formação e qualificação dos profissionais de saúde, oferece um espaço de discussão e aprimoramento, impacta de forma significativa as equipes de saúde que vão manejar e gerenciar essa assistência na ponta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, as atividades realizadas no AVA, como: análise documental de edital e pesquisa bibliográfica para biblioteca, me fizeram compreender a flexibilidade e a potencialidade da plataforma no ensino a distância. Além dos cursos ofertados na plataforma, o AVA é utilizado no planejamento e na execução das ações pedagógicas da ESPPE, ou seja, se mostra como grande potência na formação dos profissionais de saúde.

A atualização do ambiente virtual de aprendizagem também permitiu maior fluidez durante a navegação, além da integração de novas ferramentas, como o Vlibras e a ouvidoria. Estes dois elementos são peças fundamentais para a promoção de um ambiente virtual mais democrático e inclusivo. Eles trazem esse canal de comunicação, acessibilidade e efetivação de direitos, a partir da aproximação do usuário com a plataforma.

Outra questão, é que o AVA se apresenta como instrumento importante para efetivação da PNEPS, pois possibilita aos estudantes de pós-graduação da ESPPE, um ambiente virtual favorável para as discussões sobre as mudanças das práticas de saúde no processo de trabalho.

Sabemos que o AVA transita por melhorias em busca de ofertar conteúdos que atendam às demandas dos estudantes e profissionais de saúde visando o cotidiano do trabalho e limitações ao acesso pelos usuários, logo, favorecendo a redução da evasão. Porém, no cotidiano das instituições, ainda encontramos algumas barreiras, como a falta de acessibilidade, no acesso dos profissionais às ferramentas digitais. Para tentar solucionar a problemática, é preciso oferecer condições para que os trabalhadores consigam ter tempo exclusivo de dedicação aos cursos à distância.

No geral, a experiência com o uso da plataforma AVA durante as aulas do Programa de Residência Multiprofissional e o do rodízio no setor de Ensino a Distância da ESPPE, possibilitaram o conhecimento das Políticas e Programas de Saúde Pública. Este movimento pedagógico afetou de forma significativa minha prática em saúde, interferindo no cuidado do paciente na Rede. O residente como profissional em formação do SUS, precisa minimamente compreender como funciona o Sistema para que assim possa prestar uma assistência que preze pela integralidade e humanização.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004**. Brasília, v. 141, n. 32, 2004. seção 1, p. 37-41, 2004. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>>

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_2004.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf)>

BRASIL. Presidência da República (BR). **Decreto n. 9.057 de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. 26 de maio de 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm)>

BRASIL. Presidência da República (BR). **Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm)>

CAMELO, Silvia Helena Henriques. O trabalho em equipe na instituição hospitalar: uma revisão integrativa. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba-Paraná, v.16, n. 4, p. 734-740, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/19977/17068>>

CARDOSO, Cintia Garcia; HENNINGTON, Élida Azevedo. Trabalho em equipe e reuniões multiprofissionais de saúde: uma construção à espera pelos sujeitos da mudança. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 85-112, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/YS6JT5hmc8YtsgGhfFYzN5S/abstract/?lang=pt>>

FRANÇA, Tânia et al. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1817-1828, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/gxPVCCx7x83PrSJ5yvppYXz/?format=pdf&lang=pt>>

LARISSA, Shikasho. **Os programas de residência e a integralidade da atenção: estudo sobre a micropolítica do trabalho e da formação em saúde**. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1049>>

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Rita. (Entre)Linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in) formação na/da abordagem (Auto) biográfica. **Revista brasileira de educação de jovens e adultos**, vol. 2, n. 4, 2014. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7493028/mod\\_resource/content/1/1059-Texto%20do%20artigo-2503-1-10-20141231.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7493028/mod_resource/content/1/1059-Texto%20do%20artigo-2503-1-10-20141231.pdf) >

PAIM, Jairnilson. Reforma Sanitária Brasileira (RSB): expressão ou reprodução da revolução passiva. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 49, p. 15-33, 2017. Disponível em: < <https://scielosp.org/pdf/sdeb/2022.v46n132/211-226/pt> >

PERNAMBUCO. Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco. **Edital de credenciamento de instrutores (as) Educacionais 02/2023**. Recife: ESPPE, 2023. Disponível em: < [https://esppe.saude.pe.gov.br/pluginfile.php/195315/mod\\_resource/content/23/Edital%20de%20Credenciamento%20de%20Instrutores%28as%29%20Educacionais%20N%C2%BA%2002\\_2023.pdf](https://esppe.saude.pe.gov.br/pluginfile.php/195315/mod_resource/content/23/Edital%20de%20Credenciamento%20de%20Instrutores%28as%29%20Educacionais%20N%C2%BA%2002_2023.pdf) >

PERNAMBUCO. Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco. **Resultado final do edital de credenciamento de instrutores (as) Educacionais 02/2023**. Recife: ESPPE, 2023. Disponível em: < [https://esppe.saude.pe.gov.br/pluginfile.php/195322/mod\\_resource/content/12/Resultado%20definitivo%20%20Edital%20de%20Credenciamento%20de%20Instrutores%28as%29%20Educacionais%20N%C2%BA%2002\\_2023.pdf](https://esppe.saude.pe.gov.br/pluginfile.php/195322/mod_resource/content/12/Resultado%20definitivo%20%20Edital%20de%20Credenciamento%20de%20Instrutores%28as%29%20Educacionais%20N%C2%BA%2002_2023.pdf) >

PERNAMBUCO. Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco. **Projeto Político Pedagógico**. Recife: ESPPE, 2023. Disponível em: < [https://esppe.saude.pe.gov.br/pluginfile.php/127529/mod\\_resource/content/4/PPP\\_ESPPE\\_2023\\_vers%C3%A3o\\_Final\\_julho%202023.pdf](https://esppe.saude.pe.gov.br/pluginfile.php/127529/mod_resource/content/4/PPP_ESPPE_2023_vers%C3%A3o_Final_julho%202023.pdf) >

PERNAMBUCO. **Manual do Residente**. Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar com ênfase na Gestão do Cuidado. Pernambuco: Garanhuns, versão 2022.



PERNAMBUCO. **Plano de Educação Permanente em Saúde de Pernambuco**. Secretaria de Saúde. Recife, 2018. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/planos-estaduais-educacao-permanente/PEEPS-PE.pdf>>

RACHID et al. Saúde Digital e a plataformização do Estado brasileiro. **Ciência e saúde coletiva**, v. 28, n. 7, p. 2143 – 2153, 2023. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/csc/2023.v28n7/2143-2153/pt>>

achid *et al.*, 2023

ROZA, Rodrigo Hipólito. As TICs como mediadoras da relação entre o indivíduo e seus objetivos de estudo. **Rev. Temas em Educação**, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 97- 108, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/47921/28842>>

SANTANA-MENDES, Helano, Silva; SANTOS, Telma Cedraz. O Moodle como plataforma de aprendizagem e-learning: flexível, adaptável e personalizável. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 29715-29726, 2022. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46960/pdf>>

SERAFIM, Cátia Cilene. **Acessibilidade Digital: capacidade de ampliação da ferramenta VLibras para o universo dos surdos**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/24482>>

SILVA, Carla Marins et al. Pandemia da COVID-19, ensino emergencial a distância e Nursing Now: desafios à formação em enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/yHrLzPVB7ZwpDN3QH3FnQkG/?lang=pt>>

SOUSA, Ana Carolina Gomes de et al. O papel das ouvidorias e dos conselhos de saúde no SUS uma revisão integrativa de literatura. **Revista Gestão & Saúde**, v. 8, n. 1, p. 140-161, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/22631/20480>>